

Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Valério de número dezessete (17).

Aos vinte e seis (26) dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis (2026), no Palácio Antônio José de Carvalho no Plenário Abel de Castro Primo da Câmara Municipal de São Valério, reuniram-se nessa Edilidade sob a Presidência do Nobre Vereador Solimar Mendonça de Abreu Guedes, e havendo número suficiente regimental o Sr. Presidente “sob a proteção de Deus” declarou aberta a presente Sessão. Solicitou a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha para fazer os agradecimentos. Logo após foi realizada a oração do Pai Nosso dando abertura dos trabalhos. Em seguida solicitou a Secretária para fazer a leitura da ata anterior que depois de lida e aprovada foi assinada pelo Sr. Presidente e por todos Vereadores presentes, e também recolhido a assinatura da lista de frequência. Como não houve Matéria de expediente, foi aberta a palavra franca aos Vereadores. Em seguida, o Sr. Presidente cumprimentou a todos, e, em nome do Sr. Marcio Costa, ex. Vereador e atual Secretário - Chefe de Gabinete do Executivo, agradeceu a participação dos munícipes presentes, bem como daqueles que acompanham pelas redes sociais. Logo após fazendo o uso da palavra a Ver.<sup>a</sup> e 1<sup>a</sup> (primeira) Secretaria a Sr.<sup>a</sup> Cleomar Lopes, em nome do Sr. Presidente cumprimentou a todos. Demonstrou surpresa e alegria ao reencontrar o munícipe Matheus, o qual destacou sua trajetória como aluno de destaque em São Valério, e seu sucesso fora do Município. E agradeceu sua presença na Casa de Leis. E não havendo mais manifestações a Sessão foi suspensa por dez minutos. Retomando aos trabalhos foi dado início a Matéria de ordem do dia. Requerimento nº 039/2026 de autoria do Ver. Trajano Linhares, foi lido e posto em discussão. Em seguida o Ver. Renato Pereira cumprimentou a todos, e questionou o motivo de alguns prédios sem uso continuarem com energia ligada, afirmando que não havia entendido a situação. Em seguida o Ver. Trajano Linhares, explicou que o requerimento apenas solicita o desligamento de energia de prédios públicos desativados, e citou como exemplo um prédio público em São Luís, que não possui funcionamento, mas continua gerando despesas de energia. E mencionou que algumas pessoas estariam utilizando a energia pública para fins particulares. Logo após a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, destacou que também não havia entendido inicialmente a solicitação, e informou ter recebido reclamações da população acerca da falta de energia na quadra Getúlio Vargas, que se encontra em reforma. E solicitou ao Gestor Municipal, que a energia fosse religada, devido ao uso da quadra e à presença de funcionário trabalhando no local. Em seguida a Ver.<sup>a</sup> Cleomar Lopes, parabenizou o Ver. Trajano Linhares pela elaboração do requerimento, porem sugeriu que o texto fosse mais específico, indicando claramente quais prédios deveriam ter a energia desligada, evitando interpretações erradas. Durante a discussão, foram reforçados que prédios que ainda possuem utilidade pública, como atendimentos médicos, quadras ou equipamentos de internet, devem continuar com energia ligada. Também foi destacado que o objetivo é evitar o uso irregular da energia pública por pessoas particulares. Após as discussões, o Requerimento nº 039/2026, de autoria do Ver. Trajano Linhares, foi aprovado por todos os Vereadores presentes e será encaminhado à secretaria para as devidas providências. E Requerimento nº

040/2026, também de autoria do Ver. Trajano Linhares, foi lido e posto em discussão. Em seguida o Sr. Presidente esclareceu dúvidas sobre a possibilidade de doação de área verde, destacando que não possui conhecimento técnico sobre o assunto, mas que o documento afirma não causar danos ao meio ambiente. Logo após o Ver. Alan Ribeiro cumprimentou a todos, e afirmou não ser contra o requerimento, porém destacou a necessidade de mais informações sobre a área verde mencionada. E também sugeriu uma análise jurídica antes da aprovação para garantir mais segurança. Em seguida o Sr. Presidente explicou que o requerimento apenas solicita que a gestão avalie a situação e que, caso haja interesse em realizar a doação, será necessário encaminhar posteriormente um projeto de lei para apreciação da Casa de Leis. Logo após o Ver. Renato Pereira afirmou concordar com a ideia do projeto, mas lembrou um requerimento já apresentado solicitando informações sobre terrenos vagos do município, sugerindo que a doação poderia ocorrer em outra área que não fosse área verde, evitando problemas futuros. Em seguida a Ver.<sup>a</sup> Cleomar Lopes, informou ter realizado uma pesquisa e destacou que, em regra, áreas verdes públicas não podem ser doadas, pois possuem finalidade ambiental e coletiva, defendendo que o tema seja analisado com cautela e respaldo jurídico. Logo após o Ver. Trajano Linhares, explicou que a proposta foi elaborada com orientação jurídica e afirmou que o objetivo é desenvolver um projeto voltado ao apoio de dependentes químicos, sem causar prejuízos ao meio ambiente ou ao município. Em seguida o Sr. Presidente, elogiou a iniciativa social do requerimento, porém sugeriu que sejam utilizados nos lotes vagos do município para doação, evitando o uso de área verde, desde que exista possibilidade legal. Logo após a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, destacou que a proposta busca unir ações sociais e preservação ambiental, e reforçou a importância de analisar corretamente a legislação antes de qualquer decisão. Após as discussões, o Requerimento nº 040/2026, de autoria do Ver. Trajano Linhares, foi aprovado pelos Vereadores presentes. E Requerimento nº 043/2026, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, foi lido e posto em discussão, como não houve manifestações, foi aprovado por todos os Vereadores presentes. Logo após o Sr. Presidente informou que foi encaminhado à Casa de Leis um Ofício, e a pedido da Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, solicitou para realizar a leitura em Tribuna. Em seguida foi lido o Ofício nº 574/2025- GABPRES/ATR, que solicita a Prefeitura a regularização do transporte universitário para Gurupi, após serem identificadas irregularidades no cadastro do veículo utilizado pela empresa responsável. O órgão deu prazo de 10 (dez) dias para a adequação dos serviços, sob risco de suspensão e sanções administrativas. Logo após a palavra franca foi novamente aberta aos Vereadores. Fazendo o uso da palavra a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, questionou a data em que o Prefeito Municipal foi notificado sobre o ofício da ATR, e informou que o documento foi recebido em novembro de 2025. Em seguida, destacou que participou da criação do Projeto do transporte universitário e afirmou ter compromisso em prestar esclarecimentos aos estudantes e à população. Comunicou que vários alunos procuraram informações sobre a paralisação do transporte e afirmou que, além das irregularidades apontadas no cadastro do veículo, recebeu informações de que também haveria falta de pagamento à empresa responsável pelo serviço.

Informou ainda que apresentou um requerimento solicitando informações sobre os pagamentos realizados à empresa Monteiro e possíveis débitos do município. E destacou a importância de transparência por parte da Gestão Municipal, reforçando que os estudantes não podem ser prejudicados e que o transporte universitário precisa continuar funcionando regularmente. Logo após fazendo o uso da palavra o Ver. Renato Pereira comentou sobre o ofício da ATR e afirmou que o documento levanta várias dúvidas sobre a situação do transporte universitário. Pois destacou que a Prefeitura já havia sido notificada desde novembro de 2025 acerca das irregularidades, porém o ônibus continuou realizando o transporte dos estudantes. Questionou a responsabilidade da gestão municipal em manter o veículo em circulação mesmo após a notificação do órgão fiscalizador, destacando a preocupação com a segurança dos alunos em caso de acidentes. E também criticou a terceirização de serviços pela Prefeitura, afirmando que o município possui baixa arrecadação e que a venda de veículos públicos acabou prejudicando a prestação dos serviços. Além disso, reforçou que os Vereadores exercem fiscalização, mas muitas vezes não recebem as informações necessárias da gestão municipal. Em seguida a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, afirmou que a situação do transporte universitário precisa ser esclarecida à população, destacando que o ônibus continuou realizando o transporte mesmo após a notificação de irregularidade. Logo após o Ver. Renato Pereira, questionou as condições de outros veículos utilizados pelo município, especialmente um ônibus que realiza viagens para Natividade, levantando dúvidas sobre as vistorias e condições de segurança. Durante a discussão, o Ver. Alan Ribeiro destacou que o veículo utilizado anteriormente aparentava estar em boas condições, enquanto outros ônibus estariam em situação mais precária. Em seguida a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, relatou que, para não prejudicar os estudantes, a gestão organizou o transporte de forma improvisada, utilizando van, caminhonete e outros veículos para garantir que os alunos chegassem à faculdade. Por fim, destacou que a situação do transporte universitário está complicada e necessita de solução urgente para evitar prejuízos aos estudantes. Logo após a Ver.<sup>a</sup> Cleomar Lopes, afirmou que a Prefeitura enfrenta dificuldades para manter a frota de veículos do transporte estudantil e levantou a possibilidade de o ofício da ATR, estar relacionado ao ônibus que realiza o transporte para Natividade, que estaria em situação mais precária. Também destacou que o ônibus utilizado para Gurupi aparentava estar em boas condições e pediu mais esclarecimentos sobre a situação. Durante a discussão, o Ver. Renato Pereira e a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, esclareceram que o ofício se refere de fato ao transporte universitário, podendo abranger tanto o ônibus que realiza viagens para Natividade, quanto outros veículos utilizados no transporte dos estudantes. Logo após fazendo o uso da palavra a Ver.<sup>a</sup> Gleysiani Castro, afirmou acreditar que o documento emitido pela ATR em novembro de 2025, se tratava de uma notificação para que todos os veículos do transporte escolar e universitário estivessem regularizados e aptos para o início das aulas de 2026. Destacou que os ônibus passam por vistoria antes de serem autorizados a circular e que, caso houvesse irregularidades graves, os veículos teriam sido suspensos. Também ressaltou a importância de a Gestão Municipal apresentar comprovantes e informações sobre pagamentos realizados às empresas prestadoras de serviço, incluindo a

empresa Monteiro, responsável pelo transporte universitário. Por fim afirmou que, caso tudo esteja regularizado, os Vereadores também reconhecerão a situação, e reforçou a necessidade de transparência. Retomando a palavra a Ver.<sup>a</sup> Cleomar Lopes, esclareceu que o documento da ATR, se refere aos ônibus utilizados no transporte universitário das rotas para Gurupi e Natividade. E afirmou que o ofício aparenta estar relacionado à rota de Natividade, mas foi utilizado como justificativa para a retirada do ônibus que atendia os estudantes em Gurupi. Em seguida o atual Secretário Chefe de Gabinete do Executivo, o Sr. Marcio Costa, informou que a fiscalização analisa também a idade e as condições dos veículos. Retomando a palavra a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, destacou sua preocupação com a situação do transporte universitário e afirmou que buscou informações antes de comentar o assunto. Afirmou que, o ofício da ATR não justificaria a retirada do ônibus da rota para Gurupi, motivo pelo qual solicitou à gestão municipal relatórios, contratos e comprovantes de pagamento da empresa responsável pelo serviço. Também reforçou a importância de garantir um transporte seguro e de qualidade aos estudantes. E manifestou solidariedade à família de um estudante, vítima de acidente em Paranã. Retomando a palavra a Ver.<sup>a</sup> Gleysiani Castro, destacou que as empresas contratadas pelo município têm a obrigação de substituir imediatamente qualquer transporte que apresente problemas, garantindo a continuidade do serviço aos universitários. Ressaltou que falta pouco mais de um mês para o encerramento das aulas e que improvisar o transporte com caminhonetes, vans e outros veículos acaba gerando ainda mais gastos para o município, que já enfrenta dificuldades financeiras e saldo negativo. Retomando a palavra o Ver. Alan Ribeiro, afirmou que a empresa responsável pelo transporte universitário tem obrigação, conforme o contrato da licitação, de substituir imediatamente qualquer veículo que apresente problemas, garantindo a continuidade do serviço até o encerramento das aulas. Pois a utilização de veículos menores para atender os estudantes acaba aumentando os gastos do município, que já enfrenta dificuldades financeiras. E também cobrou mais fiscalização e pediu esclarecimentos da Prefeitura sobre a situação dos transportes e dos pagamentos realizados. Criticou ainda a administração municipal pela falta de máquinas e equipamentos para manutenção do Município, citando problemas como ruas, areia, poeira e dificuldades nos serviços de limpeza. Afirmou que veículos e máquinas públicas foram vendidos por valores baixos, causando prejuízo ao patrimônio do município. Ressaltou que os bens públicos pertencem à população e devem ser preservados, e reforçou que o papel do Vereador é fiscalizar a gestão e defender os interesses da comunidade. Por fim destacou que os atrasos e problemas no transporte estão prejudicando os estudantes universitários e cobrou mais responsabilidade da Gestão Municipal. Retomando a palavra o Ver. Renato Pereira, cobrou mais transparência da Prefeitura sobre os contratos dos veículos do município, afirmando que os documentos foram solicitados há mais de 90 dias e ainda não foram apresentados à Casa de Leis. Também questionou a venda de veículos, tratores e máquinas públicas, dizendo que não há clareza sobre como foi utilizado o valor arrecadado. E criticou a continuidade do transporte escolar mesmo após notificações sobre irregularidades, destacando que a situação coloca em risco a segurança dos estudantes. Afirmou ainda que os Vereadores se sentem desrespeitados pela

falta de informações e reforçou que a Casa Parlamentar tem o dever de fiscalizar a gestão e defender os interesses da população. Retomando a palavra a Ver.<sup>a</sup> Luzielene Cunha, questionou a situação o fato de o ônibus continuar circulando mesmo sem estar apto para rodar, destacou que o veículo já havia sido notificado há bastante tempo. Demonstrou preocupação com a situação do transporte escolar, afirmando que, se um ônibus considerado de melhor qualidade apresentava problemas, imagina os demais veículos utilizados no município. Defendeu a realização de um novo processo para contratação do serviço, buscando menor custo e mais qualidade, mas ressaltou que os alunos não podem ficar sem estudar. Também afirmou que o município possui condições financeiras para garantir um transporte adequado aos estudantes. Retomando a palavra a Ver.<sup>a</sup> Gleysiani Castro, apresentou uma reclamação sobre os horários da coleta de lixo no Município. Relatou que o caminhão do lixo tem passado em horários inadequados, causando mau cheiro nas ruas devido ao calor intenso. Sugeriu que a coleta seja realizada mais cedo, durante a madrugada, para evitar transtornos à população e melhores condições de trabalho aos servidores. Também solicitou mais cuidado e valorização dos trabalhadores da limpeza urbana, destacando que muitos realizam serviços pesados sob forte calor e merecem mais dignidade e melhores condições de trabalho. Como não houve nenhuma manifestação nem Matéria a ser tratada o Sr. Presidente, declarou encerrada a presente Sessão, agradecendo a presença de todos, determinando a lavratura desta ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor presidente e por todos os Vereadores presentes.

*Gleysiani F. de Castro Rocha, Renato P. maio-Augilene*  
*Operuna dos Santos André Trojano Bischoves da Silva*  
*Salimor M. D. Guedes Alen R. F. F. de Oliveira*  
*Lopes R. Conceição*